

1
AO EXPEDIENTE DO DIA

31 de 10 de 1996
Em 29 de 10 de 1996

Presidente

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA EPITÁCIO PESSOA



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA.**

RECURSO Nº 25/96.

Deputado Estadual Pe. Adelino, adiante assinado, inconformado com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, publicado no Diário do Poder Legislativo dos dias 22 e 23 de outubro de 1996, edições nºs 3085 e 3086, que, mediante voto do ilustre relator, Dep. Antônio Ivo, opinou pela inconstitucionalidade do Projeto de lei nº 450/96, que "Estabelece a suspensão de pagamento das contas de água e luz dos trabalhadores desempregado, e dá outras providências", venho, perante Vossa Excelência, a tempo e modo, na forma regimental, oferecer minhas **RAZÕES DE RECURSO**, em anexo.

Termos em que,

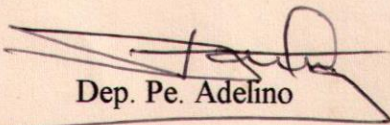
Peço DEFERIMENTO.


Assessoria ao Plenário
Constatou no Expediente

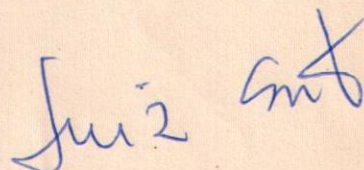
Em 31 de 10 de 96

11/6
Diretor da Ass. ao Plenário

João Pessoa, em 29 de outubro de 1996.


Dep. Pe. Adelino




Jui2 ant

2

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA EPITÁCIO PESSOA



PROJETO DE LEI Nº 450/96

AUTOR: Pe. Adelino

ASSUNTO: “Estabelece a suspensão de pagamento das contas de água e luz dos trabalhadores desempregado, e dá outras providências”.

FUNDAMENTO: Concretiza a garantia constitucional contida nos incisos II e III, Art. 1º e incisos I do Art 3º da Constituição de 1988.

Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I -**
- II - a cidadania;**
- III - a dignidade da pessoa humana;**

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;**

RAZÕES DO RECURSO

7.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, através do parecer publicado no Diário do Poder Legislativo dos dias 22 e 23 de outubro de 1996, entendeu que o ora projeto de lei em discussão fere a Constituição Estadual; pelo entendimento a matéria dispõe sobre "organização administrativa, matéria tributária, orçamentaria e serviços públicos", sem ao menos abordar o imperativo da subjetividade e acolher, neste prisma, a lei maior, dita que um dos objetivos da República do Brasil é construir uma sociedade justa e solidária.

A propositura tem por objetivo fomentar a justiça e a solidariedade garantidas na Constituição Cidadã, tendo, em seu aspecto principal, a justificativa de que estando o trabalhador desempregado, não tendo nem o que comer ou dar a sua família, não deve preocupar-se em pagar as tarifas de água e luz, que teleologicamente é obrigação do Estado fornecê-las para o bem estar da comunidade.

Assim, o Projeto de Lei ora em tela favorece a dignidade da pessoa humana (preceito constitucional), que ficarão isentos de mais uma humilhação provocada por esta sociedade injusta que foi construída ao passar dos séculos..

Dessa forma, verifica-se que o projeto de lei 450/96 encontra-se na mais alta constitucionalidade, haja vista ter em seu arcabouço os objetivos fundamentais preceituados na Carta Magda de 88.

Por sua vez, o projeto de lei em apreço pretende materializar a justiça e a solidariedade sendo, assim, de competência de qualquer representatividade pública patrocinar tal objetivo constitucional, principalmente daqueles que representam o Povo.

Vale ressaltar, dessa forma, que, o ora projeto de lei se adequa claramente ao "caput" do Art. 63, da CE, haja vista que a matéria em discussão não fere as prerrogativas de iniciativa do Governo do Estado.

Um outro argumento que favorece o projeto de lei nº 450/96 é que, este tonando-se lei, equacionar substancialmente o valor da palavra cidadania em nosso Estado.

Com efeito, o ora projeto de lei em apreciação materializa os objetivos da Constituição Federal, trazendo para o seio da sociedade a cidadania tão reivindicada, como também a dignidade da pessoa humana.

Assim, comprovadamente, o espírito social, contido nesse projeto de lei o faz ser de grandeza incomensurável e de uma viabilidade ímpar para o favorecimento de nossa cidadania.

Desse modo, é o projeto de lei plenamente constitucional, diferente do entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Aprovando-se o ora projeto de lei, toda a sociedade paraibana ganhará, e estaremos



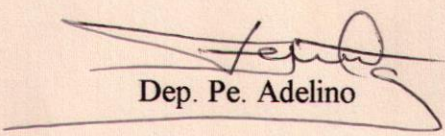
4
favorecendo o pleno exercício da cidadania e exaltando a justiça e a solidariedade.

Isso posto, R E Q U E R, na forma do Art. 115, § 2º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, seja o projeto de lei nº 450/96, apreciado preliminarmente em plenário, para análise do aspecto constitucional.

Termos em que, congratulando-me com os ilustres pares,

P. D E F E R I M E N T O.

João Pessoa-PB, em 29 de outubro de 1996.


Dep. Pe. Adelino



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

